



PARECER ÚNICO Nº 089/2015 (Doc SIAM 0781501/2015)

| | | |
|---|--|---|
| INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental | PA COPAM: 44430/2013/001/2014 | SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento |
| FASE DO LICENCIAMENTO: Licença de Operação - LO | VALIDADE DA LICENÇA: 06 (seis) anos | |

| | | |
|---|------------------|------------------|
| PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS: | PA COPAM: | SITUAÇÃO: |
| - | - | - |

| | | |
|---|---|------------------|
| EMPREENDEDOR: AAS Resíduos Ltda - ME | CNPJ: 14.994.882/0001-62 | |
| EMPREENDIMENTO: AAS Resíduos Ltda - ME | CNPJ: 14.994.882/0001-62 | |
| MUNICÍPIO: Igarapé | ZONA: Urbana | |
| COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM): LAT/Y - LONG/X - | | |
| LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: <input type="checkbox"/> INTEGRAL <input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO <input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL <input checked="" type="checkbox"/> NÃO | | |
| CÓDIGO: F-02-01-1 | ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04): Transporte rodoviário de resíduos perigosos – Classe I | CLASSE: 3 |
| RESPONSÁVEL TÉCNICO: Aline Diniz e Silva | REGISTRO: CREA-MG 105982/D | |
| RELATÓRIO DE VISTORIA: Não se aplica | | DATA: - |

| EQUIPE INTERDISCIPLINAR | MATRÍCULA | ASSINATURA |
|--|-------------|------------|
| Liana Notari Pasqualini – Analista Ambiental (Gestora) | 1.312.408-6 | |
| Philippe Jacob de Castro Sales – Analista Ambiental de Formação Jurídica | 1.365.943-4 | |
| De acordo: Maíra Mariz Carvalho – Diretora Regional de Apoio Técnico | 1.364.287-1 | |
| De acordo: Rafael Cordeiro de Lima Mori – Diretor de Controle Processual | 1.220.033-3 | |



1. Introdução

A empresa AAS Resíduos Ltda - ME, CNPJ nº. 14.994.882/0001-62, sediada na Rua Padre Villaça, nº 65, Centro, município de Igarapé/MG, requereu, em 13/03/2014, através da formalização do respectivo processo, a Licença de Operação (LO) para a atividade de transporte rodoviário de resíduos perigosos - classe I. Trata-se de um empreendimento de porte médio, sendo classificado como classe 3 segundo a Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004.

Este Parecer Único baseou-se na avaliação do Plano de Controle Ambiental (PCA) desenvolvido pela Engenheira Ambiental Aline Diniz e Silva, CREA-MG 105982/D, ART 14201400000001641800 e nas informações complementares protocoladas nesta Superintendência.

2. Caracterização do Empreendimento

Por força da Resolução CONAMA nº 237/1997, a atividade de transporte de cargas perigosas está sujeita ao licenciamento ambiental, devidamente enquadrada pela Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004, conforme código F-02-01-1, no presente caso, para a atividade de Transporte Rodoviário de Resíduos Perigosos - Classe I.

O requerimento de LO apresentado pela empresa AAS Resíduos Ltda – ME contempla a atividade de transporte rodoviário de resíduos perigosos - Classe I, a ser realizada por 04 veículos. A rota do transporte do processo em questão será a partir das cidades de Patrocínio, Betim e Córrego Danta, com destino a Betim ou Prudente de Moraes, no estado de Minas Gerais. Os resíduos transportados serão: borra de ETE, filtro de caminhão, lona de freio, apara de napa, apara de freio, pó de granalha, lodo fisiológico, materiais contaminados com óleos e graxas e resíduos do serviço de saúde. Os resíduos devem ser acondicionados a granel, embalados. Foram apresentadas Fichas de Emergência dos resíduos perigosos conforme NBR 7503, e conforme informações obtidas na mesma, os resíduos recebem das Organizações das Nações Unidas (ONU) a classificação nº 3077, 3082 e 2814, número de risco 90 e 60. Ressalta-se que a ficha de emergência deve ser emitida pelo gerador do resíduo perigoso.

Os geradores/fornecedores e o consumidor final, bem como suas licenças ambientais, são apresentados a seguir:

Geradores/Fornecedores:

- Falk Construtora Ltda: localizada em Patrocínio/MG, possui a LOC nº 036, válida até 15/03/2017, emitida pelo COPAM.



- Embraurb – Empresa Brasileira de Urbanização Ltda: localizada em Betim/MG, possui LO nº 006, válida até 22/02/2016, emitida pelo COPAM.
- Construtora Aterpa S/A: localizada em Córrego Danta/MG, possui LOC nº 035/2010, válida até 14/07/2016, emitida pelo COPAM.
- Mecanorte Construções e Empreendimentos Ltda: localizada em Campo Belo/MG, possui LOC nº 041/2010, válida até 05/04/2016, emitida pelo COPAM.
- Indústria e Comércio de Colchões Toraflex Ltda: localizada em Betim/MG, possui LOC nº 011/2010, válida até 09/06/2016, emitida pela Prefeitura Municipal de Betim.

Consumidor/Destinatário:

- Essencis MG Soluções Ambientais S.A: localizada em Betim/MG, está em processo de análise de revalidação da licença de operação nesta Supram CM.
- Inca Incineração: localizada em Prudente de Moraes/MG, possui LOC nº 069, válida até 28/03/2017, emitida pelo COPAM.

As rotas rodoviárias por onde os veículos transitarão incluem as rodovias MG 187, BR 262, BR 381, MG 135, BR 040 perfazendo o percurso entre os municípios de origem e os municípios de destino dos resíduos sólidos. As paradas deverão ser realizadas nos locais pré-determinados nos roteiros de viagem.

A atividade de transporte se realizará por meio de 04 (quatro) veículos que, em cumprimento ao exposto no Art. 22 do Decreto nº 96.044 de 18/05/1988, são vistoriados periodicamente pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), atestando a adequação para o transporte rodoviário de resíduos perigosos. Lembrando que, o empreendedor deverá, em qualquer caso, atentar para a validade de tais certificados, procedendo às revalidações devidas. O Quadro 01 apresenta os dados dos veículos objetos do presente licenciamento.

Quadro 01: Veículos em licenciamento.

| Tipo | Marca | Placa | Ano |
|-------------------------------|-------------------|----------|------|
| Caminhonete carga aberta | Fit | GZB 2660 | 2011 |
| Caminhonete basculante | VW/24.250 CNC 6x2 | HEM 1036 | 2011 |
| Caminhão carga aberta | M. Benz/L 1418E | GVR 9545 | 1996 |
| Caminhão mecânica operacional | VW/24.250 CNC 6x2 | GXS 7705 | 2011 |

Fonte: Plano de Controle Ambiental – PCA, 2014.



O empreendedor apresentou cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) de 03 (três) condutores, que possuem CNH válida e habilitação para produtos perigosos averbada no campo “Observações” da CNH.

A manutenção e o reparo dos veículos serão realizados nas dependências do próprio empreendimento, que possui pista impermeabilizada e caixa separadora de água e óleo.

O empreendedor deverá atentar para a validade dos documentos, ficando responsável por não utilizar, até que regularize tal documentação, veículos e condutores que, por ventura, tenham a documentação fora do prazo de validade. A realização do transporte deve ser instruída com a documentação legalmente exigível, com destaque para a identificação da carga, através do envelope para transporte e ficha de emergência.

As medidas de controle e prevenção de acidentes e de segurança informadas contemplam normas de trabalho, sistema de medidas preventivas, inspeção prévia e manutenção periódica do veículo, procedimentos operacionais em casos de emergência. Foram apresentados os procedimentos operacionais previstos para o caso de ocorrência das situações de emergência, a serem executados em casos de troca de pneus, quebra de veículo e acidentes com outros veículos e vazamento.

3. Utilização e Intervenção em Recursos Hídricos

Não há processos de outorga vinculados ao processo técnico.

4. Autorização para Intervenção Ambiental (AIA)

Não se aplica à atividade do objeto deste licenciamento.

5. Reserva Legal

Não se aplica à atividade do objeto deste licenciamento.

6. Compensações

O empreendimento AAS Resíduos Ltda - ME não é passível de incidência da Compensação Ambiental nos termos da Lei Nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, e do Decreto 45.175, de 17 de setembro de 2009, considerando que a atividade de transporte rodoviário de resíduos perigosos - classe I não causa significativo impacto ambiental.



7. Cumprimento das condicionantes de LI

Não se aplica à atividade do objeto deste licenciamento.

8. Controle Processual

O presente processo administrativo visa a obtenção de Licença de Operação por parte de AAS – Resíduos Ltda para operação do empreendimento de Transporte rodoviário de resíduos perigosos – Classe I, (código F-02-01-1 na DN 74/04 do COPAM) e está classificado como de classe 3.

O processo está instruído com a documentação exigível pela legislação pertinente, estando apto assim a ser analisado. O Formulário de Caracterização do Empreendimento fora corretamente preenchido e foram protocolados todos os documentos exigidos no Formulário de Orientação Básica – FOB. A última alteração contratual da empresa encontra-se às fls. 05-10. A documentação fora subscrita pela sócia Aline Diniz e Silva com procuração.

Verifica-se que foi dada a devida publicidade ao pedido de licenciamento nos termos da resolução CONAMA nº 6 de 1986 e DN COPAM nº 13/95 através da publicação em jornal de grande circulação (fl. 102-103) e no Diário Oficial (fl. 105).

A resolução SEMAD nº 412, prevê em seu art. 11 que “*Não ocorrerá a formalização do processo de AAF ou de licenciamento ambiental, bem como dos processos de autorizações de uso de recursos hídricos e intervenções em recursos florestais, nas seguintes hipóteses, configuradas isoladamente ou em conjunto*”. Desta sorte fora emitida Certidão Negativa de Débito Ambiental nº 0261652/2014 que atesta que o empreendedor não possui qualquer débito decorrente de aplicação de multas por infringência à legislação ambiental, que consta á folha. 106.

O empreendedor apresentou o estudo ambiental exigido: PCA nas folhas 16-99, e a anotação de responsabilidade técnica relativa aos estudos, devidamente quitada, na folha 101.

O empreendedor apresentou inscrição no Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras, conforme fl. 135.

Os custos indenizatórios de análise do licenciamento ambiental foram devidamente quitados, bem como os emolumentos.

Por se tratar de imóvel localizado na zona urbana não se faz necessária a manutenção de área de reserva legal nos moldes do art. 25 da Lei nº 20.922/13.

Na forma da lei ambiental devem ser adotadas pelo empreendedor as medidas mitigadoras e as condicionantes sugeridas pela SUPRAM.

9. Conclusão

A equipe interdisciplinar da Supram Central Metropolitana sugere o deferimento desta Licença Ambiental na fase de Licença de Operação, para o empreendimento AAS RESÍDUOS LTDA -



ME para a atividade de “Transporte rodoviário de resíduos perigosos – Classe I”, sediada no município de Igarapé, MG, pelo prazo de 06 (seis) anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

As orientações descritas em estudos, e as recomendações técnicas e jurídicas descritas neste parecer, através das condicionantes listadas em Anexo, devem ser apreciadas pela Unidade Regional Colegiada do Copam Rio Paraopeba.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I) e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Supram Central Metropolitana, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

Cabe esclarecer que a Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.

10. Anexos

Anexo I. Condicionantes para Licença de Operação (LO) de AAS Resíduos Ltda – ME.

Anexo II. Programa de Automonitoramento da Licença de Operação (LO) de AAS Resíduos Ltda – ME.



ANEXO I

Condicionantes para Licença de Operação (LO) de AAS Resíduos Ltda

| Empreendedor: AAS Resíduos Ltda ME Empreendimento: AAS Resíduos Ltda ME CNPJ: 14.994.882/0001-62 Município: Igarapé Atividade: Transporte rodoviário de resíduos perigosos – Classe I Código DN 74/04: F-02-01-1 Processo: 44430/2013/001/2014 Validade: 06 (seis) anos Referência: Condicionantes da Licença de Operação | | |
|---|--|---|
| Item | Descrição da Condicionante | Prazo* |
| 01 | Executar o “Programa de Automonitoramento”, constante do Anexo II. | Durante a vigência de Licença de Operação |
| 02 | Apresentar, conforme Deliberação Normativa COPAM nº 13/2005, publicação da concessão desta licença. | 30 dias |
| 03 | Apresentar os Certificados de Inspeção Veicular (CIV) válidos dos veículos de placas GZB2660 e GXS7705 | 30 dias |

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Obs. Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria Supram, mediante análise técnica e jurídica, desde que não altere o seu mérito/conteúdo.

Destaca-se que qualquer inclusão de veículos deverá passar por novo processo de licenciamento ambiental, nos termos da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença de Operação (LO) de AAS Resíduos Ltda ME

Empreendedor: AAS Resíduos Ltda ME
Empreendimento: AAS Resíduos Ltda ME
CNPJ: 14.994.882/0001-62
Município: Igarapé
Atividade: Transporte rodoviário de resíduos perigosos – Classe I
Código DN 74/04: F-02-01-1
Processo: 44430/2013/001/2014
Validade: 06 (seis) anos **Referência:** Automonitoramento da Licença de Operação

1. Resíduos Sólidos e Oleosos

Enviar anualmente a SUPRAM CENTRAL um relatório, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, contendo:

- Relação atualizada de geradores/receptores com a respectiva licença ambiental;
- Relação atualizada de rotas;
- Relação atualizada dos condutores acompanhada de CNH e curso MOPP.
- Relação atualizada dos veículos, para os casos em que haja eventual substituição de destes, com a identificação do mesmo e documentação atualizada (CRLV e CIV);

Destaca-se que qualquer inclusão de veículos deverá passar por novo processo de licenciamento (Nota Conjunta DINOR/NUTEC nº 01/2010).

2. OCORRÊNCIA DE ACIDENTES

O empreendimento deverá comunicar imediatamente ao Núcleo de Emergências Ambientais (NEA) da SEMAD através dos telefones (31) 9822-3947 e (31) 9825-3947 e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) pelo site emergenciasambientais.sede@ibama.gov.br e pelo fax (61) 3316-1229, ou ainda pela Linha Verde: 0800 618080 e e-mail linhaverde.sede@ibama.gov.br, a ocorrência de qualquer acidente envolvendo veículo da empresa em Minas Gerais com efeitos sobre o meio ambiente. Num prazo máximo de quinze (15) dias após o acidente, a transportadora deverá apresentar a SUPRAM CM um relatório sobre o evento, incluindo:

- Levantamento das causas;
- Descrição da área atingida e extensão do dano ambiental;
- Órgãos e entidades acionados;
- Providências tomadas;
- Medidas de recuperação da área atingida;
- Destino final dos resíduos gerados.



OBSERVAÇÃO:

O não atendimento ao “Programa de Acompanhamento do Transporte Rodoviário de Resíduos Perigosos – Classe I” implicará na aplicação das sanções cabíveis, previstas na Legislação Ambiental vigente.

IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram CM, face ao desempenho apresentado;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.